

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2021

1. Constituição, objetivo e contexto operacional

A **Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**, é vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com Sede na Avenida Professor Frederico Hermann Junior, nº 345 – Prédio 12 – 1º andar – CEP 05459-010, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 56.825.110/0001-47, e instituída pela Lei Estadual nº 5.208, de 01.07.1986, e seus Estatutos aprovados pelo Decreto Estadual nº 25.952, de 29.09.1986, com o objetivo de contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de produção e de preservação permanente, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, bem como subsidiar a pesquisa pertinente.

A partir do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR, instituído pelo Decreto nº 51.453/2006 e alterado pelos Decretos nºs 54.079/2009 e 65.274/2020, a Fundação Florestal passou a exercer a gestão de 151 áreas no estado de São Paulo, sendo: 119 Unidades de Conservação (66 de Proteção Integral e 53 de Uso Sustentável) e 32 Áreas de Produção Florestal.

Visando o alcance de seus objetivos, a Fundação Florestal conta com recursos financeiros oriundos do Tesouro do Estado, da arrecadação de recursos próprios, decorrentes da exploração racional de produtos e subprodutos florestais - venda de madeira e resina, de ingressos, hospedagens e cessões de espaços físicos em unidades de conservação para antenas, linhões de transmissão, lojas, restaurantes, eventos e captação de imagens, além da concessão de áreas de uso público em parques estaduais para exploração pelo setor privado e, por fim, de recursos de compensações ambientais, oriundas da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SIMA e de Convênios, TCCAs e outros instrumentos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis compostas pelo Balanço Orçamentário, Anexo I - Execução de Restos a Pagar Não Processados e Anexo II - Execução de Restos a Pagar Processados, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação, Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, foram elaboradas em conformidade com a legislação abaixo, entre outros dispositivos normativos:

- Lei nº 4.320, de 17.03.1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

- Lei Complementar nº 101, de 05.05.2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Decreto nº 40.566, de 21.12.1995, que dispõe sobre a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios – SIAFEM, nos órgãos do estado de São Paulo;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicada ao Setor Público:
NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis,
NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis; e
- Portarias Conjuntas: STN/SOF nº 6 e STN nº 877, de 18.12.2018, que aprovam os Procedimentos Contábeis da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

As principais práticas contábeis adotadas foram estruturadas e organizadas com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª Edição (válido a partir do exercício de 2019), que define a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos relativos ao controle de execução orçamentária, financeira, patrimonial, praticados pelos órgãos e entidades, de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

A Fundação Florestal registra todas as suas operações no SIAFEM – que é o sistema contábil do estado de São Paulo, de responsabilidade da Contadoria Geral do Estado/Secretaria de Planejamento e da Fazenda do Estado de São Paulo, sob o regime de competência – que consiste no reconhecimento das receitas e despesas no momento do fato gerador independentemente do recebimento e do pagamento.

Destacamos que todas as informações constantes das demonstrações contábeis, do exercício findo em 31.12.2021, foram extraídas do SIAFEM e SIGEO – Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária e concluídas pela Administração da Fundação Florestal.

A Fundação Florestal segue as normativas emanadas pela Contadoria Geral do Estado e as adequações promovidas no Sistema SIAFEM para o cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação, observada as disposições do artigo 102 da Lei nº 4.320/64, apurando-se déficit ou superávit.

Os Balanços Orçamentários de Órgãos e Entidades podem apresentar déficit orçamentário, pois, alguns deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo dependentes de recursos do Tesouro, como é o caso da Fundação Florestal.

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização das entidades do setor público.

3

3.1. Demonstração da Receita Realizada

DISCRIMINAÇÃO	Valor - em R\$
RECEITAS CORRENTES	84.428.712,82
RECEITA PATRIMONIAL	4.428.518,15
Receitas Imobiliárias:	1.383.301,63
Atividades de gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes;	
Receitas de Valores Imobiliários:	3.045.216,52
Rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação, Convênios, Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	
RECEITA AGROPECUÁRIA	38.983.291,21
Receita da Produção Vegetal do Estado:	
Venda de madeira e resina	38.983.291,21
RECEITA DE SERVIÇOS	40.932.053,05
Serviços na gestão das unidades de conservação com ingressos, hospedagem, <i>rafting</i> , parecer técnico, entre outras	1.282.581,77
Serviços decorrentes de Compensações Ambientais: Convênios (CESP, Petrobras, Transpetro, NTS), TCCAs e outros	9.777.191,70
Receita Intraorçamentária de Custeio – CCA – fonte 083	29.872.279,58

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84.850,41
Restituições de folha salarial e assistência médica e Indenizações de Compensações Ambientais	26.002,51
Restituições de honorários de sucumbência e reembolsos de utilidade pública	58.847,90
RECEITA DE CAPITAL:	4.714.926,01
Receita Intraorçamentária de Investimentos – CCA – fonte 083	4.714.926,01
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	89.143.638,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO	0,00
SUBTOTAL	89.143.638,83
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	(138.149.869,32)
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(49.006.230,49)

O quadro a seguir, na forma do Balanço Orçamentário, demonstra a Variação entre as Receitas Previstas e as Receitas Realizadas Líquidas - equivalentes a 70% da arrecadação e os percentuais de realização em relação a previsão, ou seja, descontada a DREM - Desvinculação de Recursos dos Estados e Municípios, equivalente a 30% da arrecadação - que é transferida à SPPREV:

4

RECEITAS – em R\$ 1	Previstas	Receitas Realizadas Líquidas = 70%		Variação
RECEITAS CORRENTES	62.600.931	84.428.713	35%	21.827.782
Receita Patrimonial	2.866.748	4.428.518	54%	1.561.770
Receita Agropecuária	24.929.700	38.983.291	56%	14.053.591
Receita de Serviços	34.767.770	40.932.054	18%	6.164.284
Recursos Próprios	16.493.270	11.059.774		-5.433.496
Receita Intraorçamentária CCA	18.274.500	29.872.280		11.597.780
Outras Receitas Correntes	36.713	84.850	131%	48.137
RECEITAS DE CAPITAL	2.169.878	4.714.926	117%	2.545.048
Receita Intraorçamentária CCA	2.169.863	4.714.926	117%	2.545.063
Operações de Crédito	15	0	0	-15
TOTAL	64.770.809	89.143.639	38%	24.372.830

Com vistas à demonstração do total das receitas e a título ilustrativo, destacamos que na Lei Orçamentária Anual, a Previsão das Receitas é considerada em sua totalidade, ou seja, 100% da Arrecadação, enquanto que no Balanço Orçamentário acima, é contabilizada somente a Receita Realizada Líquida = 70%; desta forma, o quadro a seguir consta os totais das Receitas Realizadas (100%) de R\$ 107 milhões (R\$ 89,1 milhões + 17,9 milhões), evidenciando o crescimento de 65% sobre as Receitas Previstas de R\$ 64,8 milhões.

RECEITAS – em R\$ 1	Previstas	Receitas		Total		Variação
		Realizadas 70%	DREM 30%	Arrecadado 100%		
REC. CORRENTES	62.600.931	84.428.713	17.889.358	102.318.071	63%	39.717.140
Rec Patrimonial	2.866.748	4.428.518	596.680	5.025.198	75%	2.158.450
Rec Agropecuária	24.929.700	38.983.291	16.707.127	55.690.418	123%	30.760.718
Rec de Serviços	34.767.770	40.932.054	549.670	41.481.724	19%	6.713.954
Recursos Próprios	16.493.270	11.059.774	549.670	11.609.444		-4.883.826
Rec Intraorça CCA	18.274.500	29.872.280	-	29.872.280		11.597.780
Out Rec Correntes	36.713	84.850	35.881	120.731	229%	84.018
REC. DE CAPITAL	2.169.878	4.714.926	-	4.714.926	117%	2.545.048
Rec Intraorça CCA	2.169.863	4.714.926	-	4.714.926	117%	-
Oper de Crédito	15	-	-	-		-
TOTAL	64.770.809	89.143.639	17.889.358	107.032.997	65%	42.262.188

Considerando as informações nos dois quadros anteriores, destacamos as variações das Receitas Realizadas (considerando o total e sua divisão entre 70% do Balanço Orçamentário e 30% da DREM) sobre as Receitas Previstas:

3.1.1. Receita Patrimonial:

A arrecadação a maior de R\$ 2.158.450, equivalente a 75%, sendo: R\$ 1.561.770, efetivamente do Balanço Orçamentário e R\$ 596.680 da DREM, ocorreu em decorrência dos rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação Florestal, de Convênios, da Câmara Compensação Ambiental - CCA e do Programa Serra do Mar;

3.1.2. Receita Agropecuária:

A arrecadação a maior de R\$ 30.760.718, equivalente a 123%, sendo: R\$ 14.053.591, efetivamente do Balanço Orçamentário e R\$ 16.707.127 da DREM, se deu em razão das vendas de resina e da valorização de 96% no preço da resina, publicado pela ARESB – Associação dos Resinadores do Brasil, ocorridas durante o exercício de 2021;

3.1.3. Receita de Serviços:

A arrecadação a maior de R\$ 6.713.954, equivalente a 19%, sendo: R\$ 6.164.284, efetivamente do Balanço Orçamentário e R\$ 549.670 da DREM, se divide em:

Recursos de Compensações Ambientais, decorrentes de Convênios e das atividades de gestão nas unidades de conservação: a variação do Balanço Orçamentário negativa de R\$ 4.883.826, ocorreu em razão do estabelecimento da DREM sobre os recursos de compensações ambientais, entretanto, os recursos originários de compensações ambientais estão abrangidos pela Lei Federal nº 9985/2000 (SNUC) e não há incidência da DREM, bem como pela redução da arrecadação com ingressos, hospedagens e atividades de mergulho, entre outras, devido ao fechamento dos Parques Estaduais durante o período de pandemia;

Receita (Transferência) Intraorçamentária da CCA para Despesas de Custeio: a variação positiva de R\$ 11.597.780, se deu em razão das transferências de recursos para a execução dos planos de trabalho, aprovados pela CCA, quais sejam: Operação Corta-fogo, Vigilância nas Unidades de Conservação, Desconstrução e destinação final de resíduos de edificações e Serviços de Georreferenciamento.

3.1.4. Receita de Capital - Receita Intraorçamentária da CCA

A variação no recebimento das transferências Intraorçamentárias para Despesas de Investimentos, no valor de R\$ 2.545.048, ocorreu devido a execução do plano de trabalho, aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental, para obras de reparos, adequações, manutenções e revitalizações das edificações no Parque Estadual Morro do Diabo.

3.2. Despesas Orçamentárias:

DESPESA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Saldo
Pessoal	37.164.820	37.635.937	37.357.448 99%	278.489
Custeio	63.134.021	99.917.505	85.230.597 85%	14.686.908
Investimentos	2.634.878	17.276.602	15.561.824 90%	1.714.778
TOTAL	102.933.719	154.830.044	138.149.869 89%	16.680.175

Com relação a execução das despesas orçamentárias (empenhadas), destacamos o que segue:

3.2.1. Pessoal:

A realização das despesas com pessoal e encargos de R\$ 37,4 milhões, atingiu 99,3% da dotação disponível;

3.2.2. Custeio:

As despesas com materiais de consumo, combustíveis, transportes, manutenções prediais e de equipamentos, além dos diversos serviços de terceiros – vigilância, portaria, limpeza, monitoria, manutenção de áreas verdes, bombeiros civis etc., no montante de R\$ 85,2 milhões e equivalente a 85,3% da dotação disponível, são imprescindíveis à gestão das 151 unidades, sendo: 119 Unidades de Conservação (66 de Proteção Integral e 53 de Uso Sustentável) e 32 Áreas de Produção Florestal;

3.2.3. Investimentos:

Destacamos o importante incremento de equipamentos adquiridos para a gestão das unidades de conservação e de produção florestal que estão sob a administração desta Fundação, na ordem de R\$ 8,6 milhões, especialmente, para as unidades transferidas do extinto Instituto Florestal, bem como a realização de obras – entre elas, a revitalização do Parque Estadual Morro do Diabo, no valor de R\$ 6,9 milhões, totalizando os investimentos em R\$ 15,5 milhões, equivalente a 90,1% da dotação disponível; e

3.2.4. Total:

Apesar das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, que alterou o comportamento dos funcionários e a metodologia em teletrabalho, priorizamos o desenvolvimento de novos procedimentos e tecnologias para padronizar os processos administrativos, por meios digitais, das aquisições de bens e contratações de serviços, sem perder a qualidade e eficiência adquirida visando a manutenção dos objetivos alinhados ao planejamento anual das atividades da Fundação Florestal e esses esforços resultaram na execução de despesas no total de R\$ 138,1 milhões, equivalente a 89,2% da dotação disponível de R\$ 154,8 milhões.

Demonstração das Despesas Empenhadas

DESPESAS POR CATEGORIA DE GASTO E GRUPO	VALOR em R\$
DESPESAS CORRENTES	122.588.045
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.357.448
Folha	28.557.756
Encargos	8.645.679
Indenizações	154.013
OUTRAS DESPESAS CORRENTES – CUSTEIO	85.230.597
Vigilância	23.832.006
Serviços Terceiros Diversos	12.918.195
Portaria	9.078.766
Monitoria Ambiental	7.998.448
Benefícios	7.845.418
Bombeiros Civis	4.535.992
Indenizações/Restituições	3.676.308
Limpeza	2.692.730
Manutenção Predial	2.492.756
Transportes	2.198.668
Manutenção de Veículos e Equipamentos	2.196.317
Material Consumo	2.181.023
Utilidade Pública	1.895.018
Combustíveis	1.540.757
Diárias	148.195
DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS	15.561.824
Obras	6.933.060
Equipamentos	8.628.764
TOTAL DA DESPESAS	138.149.869

7

duu!

Despesas Empenhadas por Grupo e Fontes de Recursos:

Grupo de Despesa	Fontes de Recursos			Total
	001 Tesouro	004/083 Rec. Próprios	007 Oper. de Crédito	
1. Pessoal	37.357.448,06	0,00	0,00	37.357.448,06
3. Custeio	13.439.578,74	69.984.442,93	1.806.575,33	85.230.597,00
4. Investimento	96.600,00	15.465.224,26	0,00	15.561.824,26
Total	50.893.626,80	85.449.667,19	1.806.575,33	138.149.869,32

3.3. Déficit Orçamentário

Esclarecemos que o déficit orçamentário apontado na execução da receita de R\$ 49.006.230,49, se deve ao saldo de despesas pagas com o superávit financeiro de recursos próprios de Convênios e da CCA e, essencialmente, em razão dos recursos do Tesouro do Estado (fonte 001) e de Operações de Crédito (fonte 007/047), não figurarem no quadro da Receita dos Órgãos da Administração Indireta da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Descrição	Fonte	Valor
Despesas com Recursos Próprios	004/083	85.449.667,19
(-) Receita Arrecadada (recursos próprios)	004/083	89.143.638,83
(=) Saldo de Despesas c/Rec. Próprios de Conv/CCA	004/083	-3.693.971,64
(+) Despesas empenhadas com Tesouro do Estado	001	50.893.626,80
(+) Despesas empenhadas com Oper. de Crédito	007/047	1.806.575,33
(=) Déficit Orçamentário		49.006.230,49

Assim, as transferências financeiras repassadas pelo Tesouro do Estado à Fundação Florestal, não constam como receita desta Fundação para não existir duplicidade de receita, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/2000.

Neste sentido, os recursos do Tesouro do Estado estão consignados somente na despesa constante na Lei Orçamentária (LOA), gerando o desequilíbrio (déficit) orçamentário, entretanto, essa condição, não representa qualquer irregularidade, conforme a Portaria nº 339/2001 – MF/STN e § 1º do artigo nº 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da mesma forma, se comportam os recursos financeiros, provenientes de Operação de Crédito (fonte 007), que não constam na Lei Orçamentária – quadro de Receitas desta Fundação.

Em resumo, o fato dos recursos nas fontes 001 e 007 não estarem contemplados no quadro de Receita dos Órgãos da Administração Indireta da Lei Orçamentária Anual (LOA), resultam no déficit orçamentário que, anualmente, se repete no Balanço Orçamentário; contudo, financeiramente, a Fundação Florestal não

realiza nenhuma despesa sem o devido empenho/respaldo orçamentário e financeiro, seja com recursos próprios, de operações de crédito e/ou do Tesouro Estadual.

Os próximos quadros demonstram o déficit orçamentário de R\$ 49.006.230,49, a partir das informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO/SIAFEM, que se encontram em conformidade com o Balanço Orçamentário e os Anexos 1 e 2 de Execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados, respectivamente.

Legenda	A	B	C = A - B	D	E	F = D + E	G = D - B	H = A - D	I = G + H
Fontes de Recursos	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Déficit Orçamentário	Despesas Pagas de 2021	Despesas Pagas de RP de 2020	Total de Despesas Pagas em 2021	Inscrição Despesas em RP de 2021	Receitas (-) Despesas Pg/2021	Déficit Orçamentário
001	-	50.893.627	(50.893.627)	47.077.807	4.556.726	51.634.532	(3.815.820)	(47.077.807)	(50.893.627)
004-044-083	89.143.639	85.161.636	3.982.003	62.844.974	8.152.140	70.997.114	(22.316.662)	26.298.665	3.982.003
047	-	1.808.606	(1.808.606)	1.587.476	638.683	2.226.159	(221.130)	(1.587.476)	(1.808.606)
041	-	286.000	(286.000)	178.298	-	178.298	(107.702)	(178.298)	(286.000)
Total	89.143.639	138.149.869	(49.006.230)	111.688.555	13.347.549	125.036.104	(26.461.315)	(22.544.916)	(49.006.230)

Fontes de Recursos:

- **001** – Tesouro;
- **004** – Recursos Próprios da Fundação e de Compensações Ambientais, oriundos de Convênios e de transferências da CCA/FBPRN-SIMA;
- **044** – Superávit Financeiro de Recursos Próprios e de Compensações Ambientais (Convênios e CCA/FBPRN-SIMA);
- **083** – Transferências Intraorçamentárias da CCA/FBPRN-SIMA; e
- **047** – Superávit Financeiro de Operações de Crédito - Serra do Mar/BID.

9

am!

Objetivando a melhor visualização, apresentamos o quadro acima em 3 partes:

Na primeira, a seguir, registramos as Receitas Realizadas nas fontes 004, 044 e 083 de R\$ 89.143.638,83 (coluna A), conforme consta do Balanço Orçamentário e as Despesas Empenhadas nas fontes 001, 004, 044, 083 e 047, de R\$ 138.149.869,32 (coluna B) e a apuração do déficit orçamentário de R\$ 49.006.230,49 (coluna C).

Legenda	A	B	C = A - B
Fontes de Recursos	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Déficit Orçamentário
001	-	50.893.627	(50.893.627)
004-044-083	89.143.639	85.161.636	3.982.003
047	-	1.808.606	(1.808.606)
041	-	286.000	(286.000)
Total	89.143.639	138.149.869	(49.006.230)



Na segunda parte (abaixo), por fontes de recursos, demonstramos o Total de Despesas Pagas em 2021 de R\$ 125.036.103,70 (coluna F), dividido em Despesas Pagas de 2021 de R\$ 111.688.554,63 (coluna D) e Despesas Pagas de RP de 2020 de R\$ 13.347.549,07 (coluna E):

Legenda	D	E	F = D + E
Fontes de Recursos	Despesas Pagas de 2021	Despesas Pagas de RP de 2020	Total de Despesas Pagas em 2021
001	47.077.806,70	4.556.725,65	51.634.532,35
004-044-083	62.844.973,95	8.152.140,15	70.997.114,10
047	1.587.476,03	638.683,27	2.226.159,30
041	178.297,95	-	178.297,95
Total	111.688.554,63	13.347.549,07	125.036.103,70

Na terceira e última parte, também, por fonte de recursos, demonstramos a composição do déficit orçamentário do exercício de R\$ 49.006.230,49 (coluna I), que se dá pela soma dos resultados das colunas G e H, como segue:

10

- (coluna G) Despesas Inscritas em Restos a Pagar de 2021 de R\$ 26.461.314,69, que é o resultado das Despesas Pagas de 2021, no valor de R\$ 111.688.554,63 – coluna D, deduzidas das Despesas Empenhadas de R\$ 138.149.869,32 – coluna B;
- (coluna H) é o resultado das Receitas Realizadas em 2021, no total de R\$ 89.143.638,83 – coluna A, deduzidas as Despesas Empenhadas e Pagas de 2021 de R\$ 111.688.554,63 – coluna D.

Legenda	G = D - B	H = A - D	I = G + H
Fontes de Recursos	Inscrição Despesas em RP de 2021	Receitas (-) Despesas Pg/2021	Déficit Orçamentário
001	(3.815.820)	(47.077.807)	(50.893.627)
004-044-083	(22.316.662)	26.298.665	3.982.003
047	(221.130)	(1.587.476)	(1.808.606)
041	(107.702)	(178.298)	(286.000)
Total	(26.461.315)	(22.544.916)	(49.006.230)

3.4. Restos a Pagar

Apresentamos as **Despesas do Balanço Orçamentário**:

Legenda	A	B	C	D	E = A - B
DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Correntes	137.553.442,00	122.588.045,06	121.932.218,06	102.740.612,23	14.965.396,94
Pessoal	37.635.937,00	37.357.448,06	37.357.448,06	36.648.128,68	278.488,94
Custeio	99.917.505,00	85.230.597,00	84.574.770,00	66.092.483,55	14.686.908,00
Capital	17.276.602,00	15.561.824,26	15.184.847,99	8.947.942,40	1.714.777,74
Investimentos	17.276.572,00	15.561.824,26	15.184.847,99	8.947.942,40	1.714.747,74
Inv.Financeiras	30,00	-	-	-	30,00
Total	154.830.044,00	138.149.869,32	137.117.066,05	111.688.554,63	16.680.174,68

A partir das despesas acima demonstradas, podemos evidenciar o total das **despesas inscritas em Restos a Pagar em 31.12.2021**, como segue:

Despesas	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Total
RP Não Processados	138.149.869,32	137.117.066,05	-	1.032.803,27
RP Processados	-	137.117.066,05	111.688.554,63	25.428.511,42
RP Total	-	-	-	26.461.314,69

- Restos a Pagar **Não Processados** = Despesas Empenhadas (-) Liquidadas
- Restos a Pagar **Processados** = Despesas Liquidadas (-) Pagas

3.5. Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário

As despesas inscritas em **Restos a Pagar Não Processadas e/ou Processadas**, constantes dos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário, foram contabilizadas de acordo com a categoria de gasto (pessoal, custeio ou investimentos) e a disponibilidade financeira necessária à sua efetiva cobertura.

O quadro a seguir, demonstra a posição das despesas de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores em 31.12.2021, contendo:

- (coluna A) Saldos de Despesas Inscritas nos exercícios de 2015 a 2019;
- (coluna B) Despesas Inscritas em 2020;
- (coluna C) Despesas Pagas em 2021;
- (coluna D) Despesas Canceladas em 2021; e
- (coluna E) Saldo de exercícios anteriores em 31.12.2021

Legenda	A	B	C	D	E=A+B-C-D
RESTOS A PAGAR – RP	Inscritos em Exer Anterior		Pagos em 2021	Cancelados em 2021	Saldo de Exerc Ant em 31.12.21
	2015 a 2019	2020			
Anexo 1 - RP Não Process	-	343.121,99	30.835,66	312.286,33	-
Custeio	-	343.121,99	30.835,66	312.286,33	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Anexo 2 - RP Processado	352.617,68	13.271.064,30	13.316.713,41	24.470,50	282.498,07
Pessoal	-	1.053.251,84	1.050.251,84	3.000,00	-
Custeio	352.617,68	9.465.256,33	9.513.905,44	21.470,50	282.498,07
Investimentos	-	2.752.556,13	2.752.556,13	-	-
TOTAL	352.617,68	13.614.186,29	13.347.549,07	336.756,83	282.498,07
2.015	21.266,47	-	-	21.266,47	-
2.016	212.998,60	-	26.689,32	-	186.309,28
2.017	64.722,83	-	16.975,95	-	47.746,88
2.018	14.413,34	-	-	-	14.413,34
2.019	39.216,44	-	5.187,87	-	34.028,57
2.020		13.614.186,29	13.298.695,93	315.490,36	-

12

Os cancelamentos das despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2021, no total de R\$ 336.756,83, sendo: R\$ 312.286,33 de RP Não Processados e R\$ 24.470,50 de RP Processados, ocorreram na seguinte conformidade:

3.5.1. O valor cancelado de R\$ 312.286,33 de **Restos a Pagar Não Processados**, se refere ao saldo estimativo inscrito em RP, com as despesas com utilidade pública e de correio (do exercício de 2021), conforme relação abaixo:

Conta 531.270.101 Fornecedores, alugueis e outras obrigações	312.286,33
Cia. Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	31.447,66
Cia. Jaguari de Energia	1.536,35
Cia. Paulista de Força e Luz - CPFL	2.067,10
Cia. Piratininga de Força e Luz	2.605,95
Coop. Elet. Des. Rural do Alto Paraíba	260,01
Coop. de Eletrificação	107,69
DAAE Rio Claro – Depto. Aut. de Água e Esgoto	2.748,07
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.	1.803,00
ELEKTRO Redes S.A.	62.169,31
ELETROPAULO M. Eletricidade de São Paulo S.A.	7.796,32
Telefonica Brasil S A	199.151,75
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	593,12

3.5.2. Com relação ao cancelamento de **Restos a Pagar Processados**, no valor de R\$ 24.470,50, seguem os esclarecimentos:

Conta 532.270.101 Fornecedores, alugueis e outras obrigações	3.204,03
Cia. Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	195,41
ELEKTRO Redes S.A.	2,86
Instituto Nacional de Seguridade Social	3.000,00
Seguradora Lider dos Cons. do Seguro DPVAT S.A.	5,76
Conta 532.270.201 Fornecedores, alugueis e outras obrigações	21.266,47
Cimcorp Com. Internacional e Informática S.A.	12.852,96
Higilimp Prestadora de Serviços EIRELLI	8.413,51
Total	24.470,50

- a. R\$ 198,27 (195,41 + 2,86), refere-se a saldo não utilizado de despesas com utilidade pública (água e energia elétrica), inscritas de forma estimativa.
- b. R\$ 3.000,00 – o cancelamento ocorreu em razão da digitação da liquidação da guia de INSS, da folha de pagamento de setembro de 2020, no valor de R\$ 453.075,58, por um lapso operacional, ter sido efetuada de R\$ 456.075,58, ou seja, a maior em R\$ 3.000,00.

13

Cabe ressaltar que o pagamento se concretizou corretamente, em 19.10.20, no valor de R\$ 453.075,58, restando na conta contábil 213.114.101 Fornecedores, alugueis e outras obrigações, o valor de R\$ 3.000,00, que, automaticamente, foi inscrito em Restos a Pagar Processados.

Considerando a falta de materialidade desse valor, uma vez que foi indevido e não se constituiu em obrigação financeira junto ao credor de origem, efetuamos seu cancelamento.

- c. R\$ 5,76 – em novembro de 2020, efetuamos o pagamento de diversas guias de seguro DPVAT, no total de R\$ 409,46; porém, entre elas, a guia do veículo HILUX, ano de fabricação 2018, RENAVAN 001177189582, placa CUF-5223, no valor de R\$ 5,76, estava quitada e restou esse saldo não utilizado, que permaneceu na conta do SIAFEM 213.114.101 Fornecedores, alugueis e outras obrigações e automaticamente foi inscrito em Restos a Pagar Processados.

Considerando a falta de materialidade dessa inscrição, uma vez que foi indevida e não se constitui em obrigação financeira junto ao credor de origem, efetuamos seu cancelamento.

- d. R\$ 21.266,47 – refere-se a cancelamento automático no SIAFEM, de despesas do exercício de 2015, por prescrição de prazo, nos termos do Código Civil da Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (Inciso I do Parágrafo 5 do Artigo 206) e Artigo 10, parágrafo segundo do Decreto nº 66.288/21.

3.6. Informações Adicionais

3.6.1. Devolução de rendimentos financeiros ao Fundo Especial de Despesa para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente:

Esclarecemos que a execução dos recursos de compensações ambientais na Fundação Florestal, ocorre nos termos do Decreto nº 65.486, de 21.01.2021, que regulamentou os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18.07.2000, no âmbito do licenciamento ambiental de competência do Estado de São Paulo, dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental e dá providências correlatas.

Acrescentamos que, na forma prevista no artigo 7º do decreto acima mencionado, cabe a Câmara de Compensação Ambiental deliberar sobre a destinação de recursos financeiros para as propostas de planos de trabalho apresentadas pelos órgãos gestores das unidades de conservação (UC) e autorizar a transferência dos recursos de compensações ambientais para esses órgãos.

Neste sentido, o parágrafo 4º do artigo 9º do mesmo decreto, prevê que o órgão estadual responsável pela administração da unidade de conservação beneficiada deverá apresentar, na forma estabelecida no Regimento Interno da Câmara de Compensação Ambiental, relatórios e documentos necessários ao acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos em conformidade com o §1º do artigo 9º; quais sejam, as prestações de contas sobre a execução física e financeira do plano de trabalho aprovado pela CCA.

14

Destacamos que na Ata da 89ª Reunião da CCA/SIMA, realizada em 21.12.2017, consta a deliberação para que as transferências de recursos financeiros do FPBRN à Fundação Florestal, decorrentes de planos de trabalho aprovados pela CCA, ocorram somente após a efetivação da contratação do serviço e/ou do bem, mediante sua comprovação por meio de Nota de Empenho, nos termos do § 2º do artigo 9º do Decreto nº 65.486/21.

Essa deliberação objetivou a eliminação das devoluções de sobras de recursos financeiros em contas bancárias desta Fundação, por economia nos processos licitatórios e/ou cancelamentos de planos de trabalhos, a exemplo da devolução ocorrida em 2017, bem como a melhor gestão dos recursos financeiros disponíveis de compensações ambientais depositados no FPBRN.

Por fim, na Ata da 104ª Reunião da CCA/SIMA, realizada em 23.11.21, consta que as devoluções de recursos de pequena monta, decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras apurados entre a data de transferência do FPBRN à Fundação Florestal e a data do efetivo pagamento ao fornecedor, bem como devolução de recursos financeiros, em casos excepcionais, fazem parte do processo de liberação, utilização e prestação de contas dos recursos aprovados pela CCA.

Nessas condições, no exercício de 2021, a Fundação Florestal procedeu a devolução de rendimentos financeiros ao Fundo Especial de Despesa FPBRN, da CCA/SIMA, no valor de R\$ 213.354,49, relativos a rendimentos de aplicações financeiras, apurados entre a data da transferência de recursos financeiros do FPBRN à Fundação Florestal (dias antes do vencimento) e a data do efetivo pagamento ao fornecedor, conforme detalhamento na relação anexa.

Devolução de recursos financeiros ao FBPRN/CCA	Em R\$
Rendimentos Financeiros – devolvido por Nota de Empenho	191.638,50
Rendimentos Financeiros – devolvido p/Nota de Lançamento	21.715,99
Total	213.354,49

3.6.2. Adiantamentos:

Informamos que, no exercício de 2021, a Fundação Florestal realizou despesas em regime de adiantamento, no total de R\$ 87.429,37, por meio de 175 processos, no valor médio de R\$ 499,60 por adiantamento.

4. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as Receitas e Despesas Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, conjugados com os Saldos de Caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

15

4.1. **Receitas e Despesas Orçamentárias**

As receitas orçamentárias realizadas totalizaram R\$ 89.143.638,83, enquanto que as despesas orçamentárias importaram em R\$ 138.149.869,32, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem, e estão apresentadas nos quadros do Balanço Orçamentário.

4.2. **Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas**

As transferências recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, sejam orçamentárias ou extraorçamentárias.

As transferências efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses e aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas, conforme quadro a seguir:

Anexo 13 do Balanço Financeiro	
Transferências Financeiras Recebidas (Ingressos)	343.426.886,74
Transf. Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	343.426.886,74
499.920.101 – Correspondência de Débitos Internos	343.426.886,74
UGE 261101 – FF	140.510.965,39
UGE 261181 – FF Tesouro	48.004.670,24
UGE 261184 – FF Recursos Próprios e demais fontes	152.427.204,93
UGE 261102 – Serra do Mar/BID	2.286.136,35
UGE 261194 – Serra do Mar/Fonte 7	197.909,83
Transferências Financeiras Concedidas (Dispêndios)	(292.123.643,76)
Transf. Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	(292.123.643,76)
399.920.101 – Correspondência de Débitos Internos	(292.123.643,76)
UGE 261101 – FF	(106.979.395,84)
UGE 261181 – FF Tesouro	(48.003.698,97)
UGE 261184 – FF Recursos Próprios e demais fontes	(134.656.502,77)
UGE 261102 – Serra do Mar/BID	(197.909,83)
UGE 261194 – Serra do Mar/Fonte 7	(2.286.136,35)
Transferências Financeiras Recebidas	51.303.242,98

16

4.3. Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Recebimentos Extraorçamentários: compreendem os ingressos não previstos no orçamento, tais como:

- a. Inscrição de restos a pagar não processados e processados; e
- b. Ingressos e dispêndios de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros;

Recebimentos Extraorçamentários	26.737.752,22
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.032.803,27
Custeio	655.827,00
Investimentos	376.976,27
Inscrição de Restos a Pagar Processados	25.428.511,42
Pessoal	709.319,38
Custeio	18.482.286,45
Investimentos	6.236.905,59
Variação Extraorçamentária – Anexo 13	276.437,53
Ingressos	609.371,75
Dispêndios	(332.934,22)

Pagamentos Extraorçamentários: compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

- a. Obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. devolução de depósitos); e
- b. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Pagamentos Extraorçamentários (Restos a Pagar)	13.347.549,07
Restos a Pagar Não Processados	30.835,66
Custeio	30.835,66
Restos a Pagar Processados	13.316.713,41
Pessoal	1.050.251,84
Custeio	9.513.905,44
Investimentos	2.752.556,13

4.4. Saldos em Espécie:

Apresentamos os saldos de recursos financeiros, disponíveis em contas bancárias desta Fundação, respectivamente, de 31.12.2020 e 31.12.2021, provenientes de:

- Recursos Próprios da Fundação;
- CCA/SIMA – Compensações Ambientais;
- Convênios e outros Instrumentos de Compensação Ambiental;
- Saldo remanescente do Programa Serra do Mar/BID;
- Caução/Depósito para garantia contratual; e
- Recursos bloqueados por ordem judicial.

Saldo em Espécie	Em 31.12.2020	Em 31.12.2021	Varição
Total	72.794.241,79	88.481.457,43	15.687.215,64
Caixa e equivalentes a caixa	72.507.838,64	88.186.128,14	15.678.289,50
Recursos Próprios da FF	884.425,61	17.800.323,21	16.915.897,60
Programa Ecoturismo/BID	2.031,11	0,00	-2.031,11
DREM	20.472,74	0,00	-20.472,74
Emenda Impositiva	300.000,00	0,00	-300.000,00
Comp. Ambiental/CCA	9.258.259,80	8.532.120,96	-726.138,84
Comp. Ambiental/Convênios	55.735.488,08	57.590.246,35	1.854.758,27
Programa Serra do Mar/BID	6.288.293,42	4.200.066,90	-2.088.226,52
Caução	18.867,88	63.370,72	44.502,84
Depósitos Restituíveis	286.403,15	295.329,29	8.926,14
Bloqueio Judicial	286.403,15	295.329,29	8.926,14

5. Balanço Patrimonial

5.1. Regime de escrituração

O **Balanço Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

18

5.2. Quadro Principal

Ativo compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

ATIVO		Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	5.2.1.	88.813.269,44
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.2021	5.2.1.1.	88.186.128,14
Demais Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais)	5.2.1.2.	295.329,29
Estoques (Incorporação de materiais)	5.2.1.3.	331.812,01
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	5.2.2.	115.869.266,64
Realizável a Longo Prazo	5.2.2.1.	68.631,15
Depósitos Judiciais		68.631,15
Imobilizado	5.2.2.2.	115.731.033,76
Bens Móveis		62.057.653,14
Bens Imóveis		86.343.506,25
Depreciação acumulada		(32.670.125,63)
Intangível	5.2.2.3.	69.601,73
Concessão Direito Uso Comunicação Software		90.904,10
Amortização acumulada		(21.302,37)
TOTAL DO ATIVO		204.682.536,08

5.2.1. **Ativo Circulante** compreende os ativos que atendam a um dos critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até o término do exercício seguinte, cujos saldos disponíveis de R\$ 88.813.269,44, representam 43,4% do Ativo Total. Neste grupo, contabilizamos:

5.2.1.1. **Caixa:** recebimentos captados pela Fundação, por meio das atividades de gestão das unidades de conservação e de produção, por Convênios, Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e outros instrumentos de Compensação Ambiental, que se encontram em contas correntes específicas e respectivas contas de aplicações financeiras, no total de R\$ 88.186.128,14;

5.2.1.2. **Demais Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais):** ordens de restrição emanadas de decisões judiciais para garantia de dívida, somando as contas contábeis: 113.510.05.01 Bloqueios em R\$ 295.329,29.

5.2.1.3. **Estoques:** registrado pelo preço de aquisição e representa o estoque no Almojarifado, em 31.12.2021, de R\$ 331.812,01.

5.2.2. **Ativo Não-Circulante** compreende os ativos realizáveis após doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis, composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado (Investimentos) e Intangível, de R\$ 115.869.266,64.

19

5.2.2.1. **Realizável a Longo Prazo - Depósitos Judiciais:** ordens judiciais para depósitos em ações em curso, que podem ser tanto cíveis quanto trabalhistas, registrados por valores nominais de R\$ 68.631,15. Destacamos que a Assessoria Jurídica está envidando os esforços disponíveis na revisão dos processos trabalhistas.

5.2.2.2. **Imobilizado:** compreende o total de bens patrimoniais móveis e imóveis e a depreciação e amortização acumulada:

Bens Móveis: destacamos a aquisição de bens e a conclusão dos serviços prestados pela empresa Priori Serviços e Soluções, Contabilidade EIRELLI, para a reavaliação do Ativo Imobilizado, envolvendo: valor justo dos bens, depreciação, definição da vida útil, valor residual e avaliação da recuperabilidade (Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável - *Impairment*), dos bens móveis da Fundação Florestal, que resultou no incremento total de R\$ 20.691.979,37, como segue:

Bens Móveis	Em R\$
Saldo do exercício anterior	41.365.673,77
(+) Aquisições no exercício (2021)	6.785.719,14
(+) Ajustes para adequação do valor contábil	13.906.260,23
(=) Saldo Atual	62.057.653,14

Bens Imóveis: a variação ocorrida entre os exercícios anterior e o atual de R\$ 6.731.207,27, deve-se a execução de obras nos Parques Estaduais: Morro do Diabo (R\$ 6.287.530,84), Ilha do Cardoso (RS 170.511,03), Água da Prata (RS 120.337,48), Vassununga (R\$ 89.014,55) e Serra do Mar - Núcleo Picinguaba (RS 63.813,37).

Depreciação e Amortização Acumulada: o trabalho realizado pela empresa PRIORI – acima mencionado, resultou na necessidade de adequação dessa conta no valor de R\$ 32.102.418,83, que somada ao saldo do exercício anterior de R\$ 567.706,80, apuramos o saldo atual de R\$ 32.670.125,63.

5.2.2.3. **Intangível:** trata-se da Concessão de Direito de Uso de Software, são mensurados pelo seu custo de aquisição ou desenvolvimento, no valor de R\$ 90.904,10; acrescentando a amortização atual negativa de R\$ 21.302,37, perfaz o total de R\$ 69.601,73.

5.2.3. **Passivo** compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial.

20

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	5.2.4.	30.950.338,63
Obrig Trabalhistas, Previd e Assist a Pagar a C.Prazo	5.2.4.1.	4.543.849,15
Obrigações Trabalhistas, Previd e Assistenciais (INSS)		482.069,11
Provisão de Férias e Encargos		4.061.780,04
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (RP)	5.2.4.2.	25.711.009,49
Obrigações a Pagar – Restos a Pagar do Exercício		25.428.511,42
Obrigações a Pagar – Restos a Pagar de Ex. Anteriores		282.498,07
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.2.4.3.	695.479,99
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	5.2.5.	11.166.718,46
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	5.2.5.1.	8.678.673,58
Provisão de Precatórios/PGE		8.678.673,58
Provisões a Longo Prazo de Contingências Passivas	5.2.5.2.	940.060,88
Provisão de Contingências Passivas – Ações Cíveis		940.060,88
Demais Obrigações a Longo Prazo (Fornecedor)	5.2.5.3.	1.547.984,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.2.6.	162.565.478,99
Patrimônio Social	5.2.6.1.	43.598.230,15
Resultados Acumulados	5.2.6.2.	118.967.248,84
Resultado do Exercício (Variação Patrimonial)		15.827.889,25
Resultado de Exercícios Anteriores (Acumulado)		121.343.958,87
Ajustes de Exercícios Anteriores		-18.204.599,28
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		204.682.536,08

5.2.4. **Passivo Circulante** se compõe dos valores exigíveis até o final do exercício seguinte, relativos a retenções de encargos (obrigações) trabalhistas, previdenciários e assistenciais, provisão para férias e encargos, fornecedores – restos a pagar do exercício e de exercícios anteriores, depósitos judiciais e, com maior representatividade, os recursos disponíveis de Convênios, Termos e Compromisso e Compensação Ambiental e demais instrumentos, para implantação e execução de atividades estabelecidas nos respectivos Planos de Trabalho – R\$ 30.950.338,63.

5.2.4.1. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

Provisão de Férias e Encargos - R\$ 4.061.780,04; e
INSS retido em dezembro – R\$ 482.069,11

5.2.4.2. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Restos a Pagar Processados do exercício – R\$ 25.428.511,42;
Restos a Pagar Processados do ex. anterior – R\$ 282.498,07.

5.2.4.3. Demais Obrigações a Curto Prazo: consignações de INSS, IRRF e outras; retenções de pensão alimentícia, ISS e IRRF de PF/PJ e depósitos de terceiros (caução) – R\$ 695.479,99.

21

5.2.5. **Passivo Não-Circulante** compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, quais sejam: precatórios – administrados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e fornecedores objetos de ações judiciais – R\$ 11.166.718,46.

5.2.5.1. Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo: consta a atualização da Provisão de Precatórios, em conformidade com os valores praticados pela PGE, de R\$ 978.972,81, totalizando em R\$ 8.678.673,58.

5.2.5.2. Provisões a Longo Prazo de Contingências Passivas para Ações Cíveis – atualização de R\$ 61.224,69, totalizando em R\$ 940.060,88.

5.2.5.3. Demais Obrigações a Longo Prazo: trata-se da manutenção da provisão referente ação movida pela empresa Teletra, no valor de R\$ 1.547.984,00.

5.2.6. **Patrimônio Líquido** compreende o valor residual dos ativos e após a dedução de todos os passivos, no valor total de R\$ 162.565.478,99.

5.2.6.1. Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15; e

5.2.6.2. Resultados Acumulados – R\$ 118.967.248,84:
Resultado do Exercício – R\$ 15.827.889,25
Resultado de Exercícios Anteriores - R\$ 121.343.958,87
Ajustes de Exercícios Anteriores - R\$ (18.204.599,28), como segue:

Discriminação	Em R\$
Bens Móveis	13.906.260,23
Ajustes efetuados	14.516.043,42
Baixa de bens inservíveis em dez/21	(609.783,19)
Depreciação Acumulada	(32.102.418,83)
Ajustes para regularização	(32.631.009,62)
Baixa de bens inservíveis em dez/21	528.590,79
Saldo Parcial	(18.196.158,60)
(-) Despesas Exercícios Anteriores	(32.911,18)
(+) Cancelamento de RP Processados	24.470,50
Saldo de Ajustes de Exercícios Anteriores	(18.204.599,28)

22

5.3. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os grupos de contas dos ativos e passivos financeiros e permanentes e saldo patrimonial, de acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/64.

5.3.1. **Ativo Financeiro** composto as contas representativas de disponibilidades, ou seja, créditos em disponíveis e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, em curto prazo.

5.3.2. **Ativo Permanente** compreende todos os valores fixos, como bens móveis e imóveis, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

5.3.3. **Passivo Financeiro** é representado pelas dívidas flutuantes e outros compromissos exigíveis a curto prazo, cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

5.3.4. **Passivo Permanente** compreende as dívidas fundadas e outras, a longo prazo, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	
ATIVO (I)	Exercício Atual
Ativo Financeiro	88.550.088,58
Ativo Permanente	116.132.447,50
Total do Ativo	204.682.536,08
PASSIVO (II)	
Passivo Financeiro	26.888.558,59
Passivo Permanente	15.228.498,50
Total do Passivo	42.117.057,09
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I – II)	162.565.478,99

5.4. Contas de Compensação

O quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da Instituição (possui a função específica de controle contábil dos direitos e obrigações – bens, valores, obrigações, cauções, convênios, contratos, dentre outros atos administrativos). Os valores dos ativos potenciais já executados não devem ser considerados.

23

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Exercício Atual
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	
Direitos Conveniados e outros instrumentos	0
Total dos Atos Potenciais Ativos	0
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Obrigações Contratuais	(276.939.496,84)
Total dos Atos Potenciais Passivos	(276.939.496,84)

Contas	Exerc Atual	Exerc Anterior	Variação
Contratos de Seguros	136.307,89	68.403,06	67.904,83
A Executar	2.502,00	2.502,00	0
Executados	133.805,89	65.901,06	67.904,83
Contratos de Serviços	250.618.949,05	139.003.328,30	111.615.620,75
A Executar	71.176.815,90	32.339.047,74	38.837.768,16
Executados	179.442.133,15	106.664.280,56	72.777.852,59
Contratos Forn. de Bens	26.184.239,90	11.194.948,10	14.989.291,80
A Executar	6.452.566,17	3.242.390,41	3.210.175,76
Executados	19.731.673,73	7.952.557,69	11.779.116,04
Execução de Obrigações	276.939.496,84	150.266.679,46	126.672.817,38

5.5. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Apresenta o superávit/déficit financeiro, apurado conforme o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

É elaborado com as informações da conta contábil 8.2.1.1.1.01.01 – Disponibilidades Financeiras, segregado por fonte/destinação de recursos e permite a análise coletiva ou individualizada, especialmente dos recursos com que possuem destinações específicas

Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Exercício Atual
ORDINÁRIA	(881.705,57)
Tesouro do Estado (Fonte 1)	(4.357.883,19)
Recursos Próprios (Fonte 4)	3.476.177,62
VINCULADA	61.510.432,29
Operações de Crédito (Fonte 7)	3.981.053,70
Outras Destinações de Recursos (Fontes 4)	57.529.378,59
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	60.628.726,72

24

Acrescentamos que o Total das Fontes de Recursos no Exercício Anterior era de R\$ 57.994.957,40 e, em relação ao Exercício Atual, registramos o acréscimo de R\$ 2.633.769,32, gerado por rendimentos de aplicações financeiras de convênios de compensações ambientais e de recursos financeiros transferidos da Câmara de Compensação Ambiental à Fundação Florestal, contabilizados como superávit financeiro.

6. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do exercício é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Enquanto que no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do

quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

As Variações Patrimoniais devem ser reconhecidas pelo Regime de Competência Patrimonial, visando: garantir tempestivamente o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades públicas; conduzir a contabilidade pública vigente aos padrões internacionais; e, ampliar a transparência sobre as contas públicas atendendo às demandas da Sociedade.

Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada:

Exercício atual	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	197.158.390,25
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	109.778.589,69
Venda de Mercadorias	97.335.514,59
Venda de madeira e resina	38.983.291,21
Extração de prods e subprodutos florestais (madeira e resina)/CMV	44.222.209,28
Aquisição de Bens de Estoque (Doações do Instituto Florestal)/CMV	14.130.014,10
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.443.075,10
Gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes.	1.383.301,63
Serviços na gestão de UCs: ingressos, hospedagens, rafting, entre outras	1.282.281,77
Serviços decorrentes de Compensações Ambientais: Convênios, TCCAs e outros	9.777.491,70
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.045.216,52
Rendimentos de Aplicações Financeiras de recursos da Fundação, de Convênios, da CCA e do Programa Serra do Mar	3.045.216,52
Transferências e Delegações Recebidas	35.103.937,62
Transferências Intragovernamentais para Custeio - CCA	29.872.279,58
Transferências Intragovernamentais para Investimentos - CCA	4.714.926,01
Transf. de Bens Móveis e Incorporações de Bens por Doação	516.732,03
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	49.230.646,42
Reversão de Provisões e Ajustes	2.761.212,34
Baixa de provisão de Férias e de 13º Salário	2.761.212,34
Variação Patrimonial	46.469.434,08
499.000.000 – Diversas variações patrimoniais a crédito	363.922.456,73
399.000.000 – Diversas variações patrimoniais a débito	(317.453.022,65)

25

any!

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	181.330.501,00
Pessoal e Encargos	37.357.448,06
Folha Salarial	28.557.755,83
Encargos (INSS, FGTS e SP-Prevcon)	8.645.678,93
Rescisões contratuais	154.013,30
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.130,08
Auxílio creche	1.130,08
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	80.768.145,77
<u>Consumo</u> : combustíveis e materiais de consumo; e <u>Transportes</u> : passagens aéreas, locação de veículos e aeronave, vale-transporte e demais despesas de transportes	5.989.784,02
<u>Serviços</u> : diárias, utilidade pública e serviços de vigilância, portaria, limpeza, monitoria ambiental, benefícios (assistência médica e bilhete-refeição), manutenção de prédios, veículos, embarcações, aeronave e equipamentos e demais serviços necessários à gestão das unidades de conservação.	74.762.808,30
Depreciação, amortização e exaustão – Software	15.553,45
Transferências e Delegações Concedidas	135.000,00
Transferências Concedidas de Bens Móveis	135.000,00
Desvalorização e Perda de Ativos	1.847.800,30
Doação de Bens Inservíveis ao Fundo de Solidariedade	1.847.800,30
Tributárias	26.570,28
Cadastro rurais no INCRA e Taxa de uso de recursos hídricos	4.862,23
COFINS e Taxas	21.708,05
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos	58.352.223,38
Doação de produtos e subprodutos florestais (madeira e resina)	58.352.223,38
Outras Variações Patrimoniais Diminutiva	2.842.183,13
Provisões de Férias e de 13º Salário	2.842.183,13
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	15.827.889,25

26

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, como segue:

- 7.1. **Receitas:** fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- 7.2. **Desembolsos:** são as despesas de pessoal, custeio e de investimentos, pagas durante o período das demonstrações contábeis, ou seja, aquelas empenhadas e pagas no exercício, bem como o pagamento daquelas de inscritas em restos a pagar; e
- 7.3. **Saldo de caixa** na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	VALOR
TOTAL DE INGRESSOS (I)	140.723.319,34
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	89.143.638,83
Receita Patrimonial	1.383.301,63
Receitas Imobiliárias: Atividades de gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes.	1.383.301,63
Receita Agropecuária	38.983.291,21
Receita da Produção Vegetal do Estado: Venda de madeira e resina	38.983.291,21
Receita de Serviços	40.932.053,05
Serviços na gestão das unidades de conservação com ingressos, hospedagem, rafting entre outras	1.282.281,77
Compensações Ambientais: Convênios, TCCAs e outros	9.777.491,70
Receita Intraorçamentária de Custeio – CCA	29.872.279,58
Remuneração das Disponibilidades	3.045.216,52
Rendimentos de aplicação financeira de recursos da Fundação, Convênios, da Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	3.045.216,52
Outras Receitas Derivadas/Originárias	4.799.776,42
Restituições do Estado (assistência médica e outras eventuais)	84.850,41
Receita Intraorçamentária de Investimentos - CCA	4.714.926,01
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	51.579.680,51
Outros Ingressos Operacionais	51.579.680,51
Transferências Recebidas Indep Exec Orçamentária–Anexo 13	51.303.242,98
Variação Extraorçamentária – Anexo 13	276.437,53

27

anu!

Handwritten signature and initials

TOTAL DE DESEMBOLSOS (II)			(113.344.531,31)
DESEMBOLSOS (II)	Pagas em 2021	Pagto de RP 2021	
Pessoal/Out Despesas	(101.209.477,18)	(10.594.992,94)	(111.804.470,12)
Pessoal	(36.648.128,68)	(1.050.251,84)	(37.698.380,52)
Custeio	(64.561.348,50)	(9.544.741,10)	(74.106.089,60)
Transferências Concedidas (Intragov) FF ao IF			(1.531.135,05)
Outros Desembolsos Operacionais			(8.926,14)
Variação em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			(8.926,14)

Fluxo de Caixa Líquido das Ativ. Operacionais (III = I – II)	27.378.788,03
---	----------------------

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (IV)			(11.700.498,53)
DESEMBOLSOS	Pagas em 2021	Pagto de RP 2021	
Aquisição de Ativo Não-Circulante	(8.947.942,40)	(2.752.556,13)	(11.700.498,53)
Investimentos	(8.947.942,40)	(2.752.556,13)	(11.700.498,53)

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (V = III + IV + V)	15.678.289,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	72.507.838,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	88.186.128,14

8. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – DMPL é destinada a evidenciar, em determinado período, a movimentação (aumento ou redução) das contas que integram o Patrimônio da Entidade.

Contas – Especificações	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
Saldos em 01.01.2020	43.598.230,15	99.130.288,21	142.728.518,36
Superávit do Exercício	0	21.598.864,51	21.598.864,51
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	614.806,15	614.806,15
Saldos em 31.12.2020	43.598.230,15	121.343.958,87	164.942.189,02
Superávit do Exercício	0	15.827.889,25	15.827.889,25
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(18.204.599,28)	(18.204.599,28)
Saldos em 31.12.2021	43.598.230,15	118.967.248,84	162.565.478,99

Assim, dentre os itens demonstrados no Patrimônio Líquido da Fundação Florestal de R\$ 162.565.478,99, destacamos o Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15 e os Resultados Acumulados de R\$ R\$ 118.967.248,84, sendo que o valor de R\$ 15.827.889,25 se refere ao Resultado do Exercício e o valor negativo de -R\$ 18.204.599,28 dos Ajustes de Exercícios Anteriores, destacando que os ajustes são decorrentes da regularização/atualização dos valores dos Bens Móveis desta Fundação, como mencionamos no item 5.2.2.2.

Acrescentamos que a redução do Patrimônio da Fundação Florestal, no valor de R\$ 2.376.710,03, ou seja, de R\$ 164.942.189,02 para 162.565.478,99, ocorreu em virtude da regularização/atualização da conta de Bens Móveis, com ênfase ao expressivo valor da Depreciação Acumulada de -R\$ 32.102.418,83, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Em R\$
Bens Móveis	13.906.260,23
Ajustes efetuados	14.516.043,42
Baixa de bens inservíveis em dez/21	(609.783,19)
Depreciação Acumulada	(32.102.418,83)
Ajustes para regularização	(32.631.009,62)
Baixa de bens inservíveis em dez/21	528.590,79
Saldo Parcial	(18.196.158,60)
(-) Despesas Exercícios Anteriores	(32.911,18)
(+) Cancelamento de RP Processados	24.470,50
Saldo de Ajustes de Exercícios Anteriores	(18.204.599,28)
Superávit do Exercício	15.827.889,25
Redução do Patrimônio	(2.376.710,03)

29

9. Imposto de Renda

A Fundação Florestal por ser uma Entidade sem fins lucrativos, é isenta do Imposto de Renda e Contribuição Social.

10. Eventos Subsequentes

Desde meados de março de 2020, a diretoria da Fundação adotou as medidas e legislações preventivas, estabelecidas pelo Governo do Estado de São Paulo, para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus – COVID 19, onde, mesmo com o fechamento dos Parques Estaduais, nenhum outro efeito relevante foi registrado que pudesse impactar as atividades operacionais da Fundação Florestal e, conseqüentemente, suas demonstrações contábeis.

Durante a maior parte do exercício e a fim de assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores e de terceirizados, minimizar a propagação do vírus e os efeitos dessa pandemia, assim como garantir a continuidade das atividades

desta Fundação, na gestão das unidades de conservação do Estado de São Paulo, mantivemos as medidas preventivas de afastamento dos colaboradores com mais de 60 anos e/ou pertencentes ao grupo de risco, isolamento social dos seus colaboradores, por meio do teletrabalho, antecipação das férias dos colaboradores com período aquisitivo completo e manutenção do programa de férias para os próximos meses, reuniões administrativas e operacionais por videoconferência, manutenção das atividades essenciais de proteção das unidades de conservação e o fechamento dos parques estaduais ao público visitante – de acordo com o Plano SP, além da suspensão e/ou a redução de contratos não essenciais, em consonância com as legislações vigentes sobre a pandemia da COVID-19.

Até a data do fechamento das demonstrações contábeis, destacamos, também, fora do contexto operacional, como evento subsequente, o monitoramento de forma diligente das informações disponíveis sobre o tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos. Contudo, neste momento, ainda não é possível mensurar os seus efeitos econômicos para o presente exercício.


MÁRIO DO AMARAL ALVES
Contador – CRC - 1 SP079721/O-9


ISAIAS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Gerente Financeiro


NANCI CORTAZZO MENDES GALUZIO
Diretora Administrativa Financeira


RODRIGO LEVKOVICZ
Diretor Executivo

30